

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA
REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2013, COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE
OBRAS E SERVIÇOS, PARA PRESTAREM ESCLARECIMENTOS RELACIONADOS
ÀS OBRAS DE REFORMAS DA E.M.E.B “PROFESSORA MARIA CECÍLIA PACÍFICO
DE FARIAS”, OCORRIDAS NA ATUAL ADMINISTRAÇÃO.**

Aos treze dias do mês de Agosto de 2013, realizou-se na sede da Câmara Municipal de Guariba a Audiência Pública com as presenças dos representantes da Secretaria Municipal de Obras e Serviços. Inicialmente, a Presidente cumprimentou os vereadores e demais presentes. Pediu que Deus habitasse em seus corações para que a audiência acontecesse de modo tranquilo. Disse que eram todos amigos, companheiros, com o mesmo objetivo de uma Guariba melhor. Que Deus abençoasse para que a audiência pública fosse bem conduzida, e que as explicações fossem aceitas, e caso não fossem, que com muita calma pudessem dar sequência a situação. Em seguida, a Presidente pedindo as graças de Deus declarou iniciada a audiência pública para tratar de assuntos relacionados à Secretaria Municipal de Obras e Serviços e para tal foi convocada oficialmente e encontrava-se presente a Sra. Lucimara Aparecida das Graças Cortezi, que é a secretária responsável por aquela pasta na atual administração. Ela esclareceu que a presente audiência estava sendo realizada em atendimento a um requerimento verbal do vereador Anselmo Antônio Pereira, que havia se manifestado na última sessão ordinária do dia seis de agosto, e deveria serem tratados na audiência somente assuntos relacionados às obras de reforma da E.M.E.B "Professora Maria Cecília Pacífico de Farias", ocorrida na atual administração. Em seguida a Presidente leu a justificativa do vereador Alex Ricardo Masalskiene: "Excelentíssima Senhora Márcia Regina Scalon Alves, Presidente da Câmara Municipal, a par de meus cordiais cumprimentos, venho através do presente comunicar que estarei participando de reunião parlamentar fora do município e não poderei participar com os demais vereadores da audiência pública que será realizada no dia treze de agosto do corrente ano. Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para renovar os protestos de elevada estima e distinta consideração. Juninho Leite - vereador." Em seguida, a Presidente leu o ofício nº 303/2013, que foi encaminhando ao Sr. Prefeito Municipal Dr. Hermínio de Laurentiz Neto: "Excelentíssimo Senhor Dr. Hermínio de Laurentiz Neto, Digníssimo Prefeito Municipal de Guariba. Senhor prefeito, em atendimento ao requerimento verbal do vereador Anselmo Antônio Pereira, que se pronunciou na sessão ordinária realizada no ultimo dia seis de agosto, tem este o objetivo de vir à presença de Vossa Excelência para convocar nos termos do artigo 11, do inciso sexto, da Lei Orgânica do Município, a Secretária Municipal de Obras e Serviços, Sra. Lucimara Aparecida das Graças Cortezi, para comparecer a esta Câmara Municipal munida de toda a documentação necessária, no próximo dia treze de agosto, terça-feira, às dezenove horas, para audiência pública com os senhores vereadores, cujo assunto será de prestar esclarecimentos sobre a reforma da E.M.E.B "Professora Maria Cecília Pacífico de Faria", ocorrido nesta atual administração. Sem outros propósitos, agradeço as providências a respeito e renovo a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e distinta consideração. Atenciosamente Marcia Regina Scalon, Presidente da Câmara Municipal". Em seguida, a Presidente convidou o vereador Anselmo Antônio Pereira, autor do requerimento, para que tomasse lugar na tribuna para que pudesse fazer o

pronunciamento sobre os motivos que levaram à realização da presente audiência pública. Convidou a Sra. Secretária Lucimara Aparecida das Graças Cortezi para que viesse e tomasse o seu lugar na mesa. Convidou também o seu auxiliar técnico Juliano Justi para que viesse tomar assento ao lado da Sra. Lucimara Aparecida das Graças Cortezi, na Mesa. Solicitou ao vereador Anselmo Antônio Pereira que iniciasse os seus questionamentos. O vereador Anselmo cumprimentou a todos e disse que a origem da presente discussão foi o requerimento nº 45/2013, onde ele fez os seguintes questionamentos: "Quais escolas municipais passaram por reforma no período de dois mil e nove a dois mil e treze? Houve ampliação em algumas destas escolas? Solicito projeto descritivo de reforma e ampliação de todas as escolas municipais que foram reformadas ou ampliadas. E qual é a expectativa de duração das reformas realizadas nas escolas municipais? Solicito a apresentação das notas fiscais." Afirmou ter feito este requerimento na sessão do dia dezesseis de abril de dois mil e treze, há quatro meses. Em virtude da demora na resposta e da forma como foi solicitado, ele esteve em uma reunião fechada com a Secretária Municipal de Obras e Serviços, a Sra. Lucimara Aparecida das Graças Cortezi, com o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico Daniel Louzada, com a Presidente da Câmara Municipal Marcia Regina Scalon Alves e os vereadores Marcos Henrique Osti e Alex Ricardo Masalskiene. Ele contou que após a reunião fez uma solicitação para que houvesse uma apresentação imediata de documentos. O departamento jurídico da prefeitura pronunciou-se em defesa no dia vinte e três de julho de dois mil e treze. Após quase cem dias ele recebeu muitos documentos, tanto da Secretaria Municipal de Obras e Serviços como também da antiga Secretaria de Indústria, Comércio e Abastecimento que atualmente é de Desenvolvimento Econômico, todos de uma vez. Disse ter comunicado ao departamento jurídico que não teve tempo suficiente para averiguar se tudo o que pediu foi apresentado. Continuando seu discurso, o vereador leu a defesa do departamento jurídico da Prefeitura Municipal que dizia o seguinte: "*Processo 00034475820138260222 Ação de Exibição de Documento. O município de Guariba, pessoa jurídica de direito público interno através de seu Órgão Executivo a Prefeitura Municipal CNPJ nº. 48.664.304/0001-80 com sede administrativa na Av. Evaristo Vaz nº 1.190 – Centro. Por seu Prefeito Municipal Hermínio de Laurentiz Neto, brasileiro, casado, advogado, RG: 9.799.236 SSP/SP, CPF: 049.277.818-36, residente e domiciliado na Av. 10 de Abril nº 1058 - Jardim Boa Vista, nesta cidade. Por meio do procurador municipal abaixo assinado, mandato junto. Venho mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência em atendimento ao mandato de citação expedido nos autos do Processo: 00034475820138260222 referente a ação de exibição de documento de autoria do vereador Anselmo Antônio Pereira em curso por esse egrégio juízo e respectivo ofício judicial para apresentar dentro do prazo de cinco dias sua contestação através das razões de defesa que segue embasadas nos seguintes termos: 'A presente ação de exibição de documentos ajuizada pelo vereador da Câmara Municipal de Guariba não tem qualquer fundamento. Por carecer de objeto material, tendo em vista que as respostas aos pedidos de informações formulados através do Requerimento nº 36/2013 encaminhado pelo Ofício nº 135/2013 de vinte e seis de março de dois mil e treze, protocolado nessa mesma data na Prefeitura Municipal de Guariba contendo 18 itens específicos envolvendo os negócios jurídicos relacionados à aquisição por compra da Fazenda Santa Cruz. Foram prestadas integralmente pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico Daniel Louzada por meio de requerimento protocolado na sede do Poder Legislativo às dezessete horas e quarenta e três minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e treze, comprovante anexo. Não obstante isto,*

também o outro pedido de informações do autor da presente ação. Elaborado através do requerimento nº 45/2013 no qual solicitou o encaminhamento de todos os processos de licitação realizados no período de dois mil e nove a dois mil e treze referentes aos procedimentos administrativos de contratação de empresas de serviços de engenharia mediante empreitada por preço global para execução de projetos de reforma, construção e ampliação de unidades escolares municipais. Foi devidamente atendido por meio do ofício nº 55/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Lucimara Aparecida das Graças Cortezi protocolado na Câmara Municipal de Guariba às dezessete horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e treze, comprovante em anexo. As informações foram devidamente fornecidas ao vereador interessado. Este simplesmente refugou, sob o pretexto que sem as provas documentais pertinentes não estava satisfeito com o atendimento recebido, por não confiar nas declarações ou certificações prestadas. Veja vossa Excelência que as declarações ou certificações públicas merecem fé sob pena de responsabilização civil, administrativa e criminal do agente municipal que as presta no exercício de suas respectivas atribuições legais. Diante da insatisfação do vereador da presente ação foi marcada uma reunião na Câmara Municipal de Guariba na qual compareceram e participaram os Secretários municipais Daniel Louzada e Lucimara Aparecida das Graças Cortezi que no dia vinte e um de junho na presença do próprio interessado e da Presidente do Poder Legislativo local a vereadora Márcia Regina Scalon. (...)” Neste momento, a pedido da Presidente, o vereador omitiu parte da leitura da defesa do Departamento Jurídico da Prefeitura que não tinha relação com o assunto da Audiência Pública. Em seguida o vereador continuou a sua leitura: “(...) Em relação ao segundo requerimento do vereador autor após as informações devidamente prestadas pela Secretária Municipal de Obras e Infraestrutura, Lucimara Aparecida das Graças Cortezi por meio do Ofício 55/2013. Essa mesma servidora municipal enviou um requerimento setorial para a pessoa do próprio vereador interessado e autor da presente ação que foi protocolado na Câmara Municipal às quinze horas e cinco minutos do dia onze de junho de dois mil e treze, contendo uma nova relação de documentos de todos os contratos administrativos relacionados à execução de obras públicas nas unidades escolares no período de dois mil e nove a dois mil e treze. Por causa de falha verificada na impressão dos documentos anteriores. E pela terceira vez a Engenheira Civil desta Prefeitura e também Secretaria Municipal remeteu diretamente a Câmara Municipal através da Presidente da Mesa Diretora daquela Casa Legislativa o Ofício nº 6/2013 que foi recebido às dezesseis horas e quarenta e nove minutos do dia cinco de julho de dois mil e treze. Contendo as cópias dos processos de licitação na íntegra, de todos os contratos administrativos de obras e serviços de reforma, construção e ampliação de unidades escolares neste município de forma digitalizada, disponibilizada em CD. Enquanto que os processos referentes a dois mil e doze, por ainda não se encontrarem devidamente digitalizados foram todos extraídos cópias reprográficas e devidamente entregues para a conclusão definitiva dos procedimentos administrativos de prestação de informações requeridas pelo vereador em questão. Assim sendo, Excelência, como nada mais resta a ser entregue ao autor a título de informações ou de cópias de documentos requeridos através do Plenário da Câmara Municipal de Guariba, requer que a presente contestação por meio das razões de defesa acima alinhavadas seja recebida preliminarmente por causa de sua apresentação dentro do prazo assinado e de conformidade com os preceitos legais. E quanto ao mérito, que Vossa Excelência, julgue como totalmente improcedente a presente ação, diante da comprovação efetiva e insofismável de que inexistente objeto material a ser contemplado em relação

aos pedidos iniciais, uma vez, já entregue as cópias de todos os documentos requeridos, com a condenação do autor em custas processuais e honorários advocatícios, por ser esta medida a que cristaliza a mais esperada e legítima justiça.” O vereador por este motivo quis que estivesse presente na audiência o departamento jurídico da Câmara. Em relação ao primeiro pedido de informações do requerimento nº 36/2013, a quantidade de documentação fornecida a ele foi bastante excessiva e ocasionou muita dificuldade na preparação das respectivas repostas. Nesse momento, a Presidente pediu ao vereador que focasse somente o assunto da audiência. O vereador falou que concorda em ser penalizado se ele estiver errado. No entanto, na defesa apresentada pelo Departamento Jurídico da Prefeitura foi afirmado que todos os documentos foram apresentados. Então se todos os documentos foram apresentados, os mesmos são os verdadeiros e nenhum outro documento poderia ser apresentado além deles. O vereador disse ainda desconfiar da veracidade da documentação que recebeu e solicitou que todos os documentos que foram entregues a ele fossem comparados com os originais para verificar sua autenticidade. Se os documentos que a Secretária de Obras e Serviços iria apresentar eram reais, então faltou complementos na documentação que foi entregue a ele. Nesse momento a Presidente interveio alertando que a resposta do Departamento Jurídico não era o assunto em pauta da audiência e que na ocasião ele se concentrasse somente nos questionamentos que fez durante a sessão ordinária em relação à reforma da escola “Maria Cecília Pacífico de Farias”, para que os profissionais que foram convocados na presente audiência pudessem responder. Caso ele julgasse necessário, poderia ser feita uma outra audiência pública para discutirem a resposta recebida do Departamento Jurídico da Prefeitura e também a documentação recebida, com os funcionários responsáveis pela resposta e entrega da documentação. O vereador frisou que o próprio departamento jurídico da Câmara Municipal atestou também que havia sido entregue toda a documentação necessária a ele e que essa documentação era verdadeira. Sendo assim ele teve um respaldo e se sentiu seguro para fiscalizar, ou o que ele averiguou era o correto, ou o que a Secretária iria apresentar era o correto. O vereador concordou com a Presidente sobre se concentrar somente no assunto em pauta na audiência. Continuou sua fala dizendo que pelos documentos deveria haver uma pia de mil trezentos e dez milímetros, mas ele foi informado que era uma pia de treze metros e dez centímetros por sessenta centímetros de largura. Considerou um absurdo, uma pia de um metro e trinta e um por sessenta centímetros de largura no valor de dois mil duzentos e noventa reais. Também procurou na cozinha da escola “Maria Cecília Pacífico de Farias” duas cubas em tamanho de um metro de comprimento por sessenta centímetros de largura por cinquenta centímetros de profundidade e cada uma delas no valor de quinhentos e cinco reais, mas encontrou apenas uma cuba com medidas de oitenta centímetros de comprimento por quarenta centímetros de largura por trinta centímetros de profundidade. Constam do projeto oito torneiras e encontrou somente quatro. Deveria ter uma mesa em granito que ele não encontrou e também deveria ter um armário para cozinha construído em módulos contendo dois gaveteiros com três gavetas cada nas seguintes dimensões: quatro metros e vinte de comprimento, sessenta centímetros de altura e cinquenta centímetros de profundidade em MDF, mas encontrou um armário com um gaveteiro e não dois, e esse armário em vez de quatro metros e vinte ele tinha aproximadamente três metros. Na documentação que recebeu constavam quantidades de rodapé que ele não encontrou no local. O vereador reiterou que de acordo com a resposta do departamento jurídico da prefeitura aqueles eram os únicos documentos e eram verdadeiros. Então foram estas as suas constatações e passou a palavra aos funcionários convocados para que se explicassem. A Secretária de Obras e Serviços

inicialmente cumprimentou e disse que o Requerimento nº 45/2013 que foi para a sua Secretaria responder, nele foi pedido toda a documentação dos processos desde dois mil e nove a dois mil e treze. Ela respondeu que não tinha essa documentação porque é preciso enviar os documentos oficiais que não ficam em sua Secretária. No caso eram os processos de licitações que teriam que enviar para ele. Disse ter respondido para ele que a quantidade de documentos era muito grande para tirar cópias e que informaria o número de todos os contratos para ele poder solicitar junto ao setor de licitações. Após a reunião que tiveram na Câmara Municipal, juntamente com o Secretário Municipal Daniel Louzada, a Presidente da Câmara municipal Márcia Regina Scalon e os vereadores Alex Ricardo Masalskiene, Marcos Henrique Osti e Anselmo Antônio Pereira. Ela solicitou ao setor de licitações da prefeitura a documentação das obras que eles tinham digitalizado até o ano de dois mil e onze e enviou o CD para o vereador. O setor de licitação lhe enviou as cópias dos documentos das obras de dois mil e doze porque esses processos ainda não estavam digitalizados. Falou que enviou somente o que foi pedido no Requerimento nº 045/2013, que no caso foi somente: memorial, projeto descritivo e notas fiscais. Neste momento o vereador Anselmo responde que solicitou o projeto descritivo de reforma e ampliação de todas as escolas municipais que foram reformadas ou ampliadas e qual a expectativa de duração das reformas, que comentou com a Secretária sobre o assunto porque achava que estava tendo algum erro na programação. Exemplificou que a escola “Gino Belodi” foi pintada no ano de dois mil e nove e foram reformados os banheiros em dois mil e dez e em dois mil e onze ela foi reformada inteira. A secretária contrariou dizendo que a escola “Gino Belodi” não foi reformada inteira em dois mil e doze. O vereador afirmou ter sido essa informação que ele recebeu. A Secretária Municipal Lucimara reiterou dizendo que foi mandado somente às cópias de documentações que foram pedidas no Requerimento nº: 045/2013 e que as cópias digitalizadas contidas no CD apresentam o processo de licitação na íntegra. Em relação à pia, que o vereador havia dito que tinha uma pia de um metro e trinta centímetros, realmente não tem uma pia de um metro e trinta centímetros, o que consta na planilha é uma pia para cozinha de três metros e dez centímetros por sessenta centímetros em granito. Pia se refere à bancada inteira e não só onde ficam as cubas. Ela disse que convidou no dia anterior a audiência todos os vereadores para irem até a escola “Maria Cecília de Pacífico Farias” às dezessete horas e estiveram presentes quase todos. Juntos constataram que realmente existe a pia na medida de três metros e dez centímetros por sessenta centímetros. Em resumo de acordo com a planilha de licitação eram para serem colocadas duas cubas grandes, fundas e duas cubas menores, mas a Juliana Picolo de Oliveira Monsalves, responsável pelo setor da Merenda Escolar, solicitou por meio de um ofício datado de dezessete de dezembro da Merenda Escolar para a Secretaria de Obras. Nesse momento a Secretária de Obras e Serviços leu o ofício: *“Ilma. Sra. O setor municipal de alimentação escolar vem por meio deste informar/solicitar que na reforma da cozinha da unidade escolar EMEB ‘Professora Maria Cecilia Pacífico de Farias’ sejam instalados uma cuba de inox funda e três cubas de inox médias em profundidade, contrariando informações cedidas anteriormente para elaboração do projeto, instalação de duas cubas de inox funda e duas cubas de inox média em profundidade. Tal decisão se faz após conversa detalhada com as funcionárias. Visto que cubas profundas não contribuem para a rotina de trabalho tanto quanto esperado e devendo ser levado em consideração em próximos projetos a serem elaborados. Sugiro que seja revista a colocação do tampo de granito ao final do fogão, conforme consta no projeto inicial. Em virtude das dimensões do novo fogão adquirido para tal unidade ser maior que o atual, podendo não ser possível acomodar tal*

equipamento, caso o tampo seja instalado, sem mais para o momento. Setor Municipal de Alimentação Escolar renova-lhe protestos de elevada estima e distinta consideração. Juliana Picolo de Oliveira Monsalves”. A Secretária continuou sua fala dizendo que de acordo com a licitação eram para serem instaladas duas cubas grandes e duas pequenas, mas devido ao pedido da Merenda Escolar conforme o documento que ela tem em mãos e que foi lido, foi solicitado que fosse instalada uma cuba funda e três menores, então ela acatou o pedido da Merenda Escolar solicitou à empresa e foram colocadas três cubas menores e uma grande, mas não foi feita essa compensação na planilha. De acordo com a planilha era uma cuba de um metro, mas foi instalada uma de oitenta centímetros. No entanto, a cuba menor era de quarenta e seis centímetros, mas foram colocadas três de cinquenta e seis. A cuba de oitenta centímetros custou mil e cem reais e a cuba de cinquenta e seis centímetros custou quinhentos e cinco reais. Ao fazer essa troca não trouxe prejuízo para a prefeitura pelo contrário ela atendeu a um pedido e não considera isso como um roubo, foi uma substituição de um material por outro, porém sem prejuízo financeiro, pelo contrário duas cubas menores custando mil e dez reais e uma cuba grande custando mil e cem reais. Em seguida o vereador Anselmo questionou para a Secretária Municipal Lucimara onde foi orçado o valor de quinhentos e cinco reais pela cuba. Se existia um site onde ele poderia consultar. Ela respondeu que geralmente para montarem essas planilhas utilizam o CPOS/SP que é uma planilha do Estado ou SINAP que é do governo federal, ou ainda muitas vezes por cotação. E ela explicou que ao cotar deve se levar em conta que existem diferentes especificações e tipos de materiais, uns mais resistentes que os outros. Em seguida o vereador Anselmo questionou a Secretária Municipal Lucimara se no projeto quando ela cotou as duas cubas de um metro de comprimento por sessenta de largura por cinquenta de profundidade no valor de quinhentos e cinco reais, se ela procurou por essas especificações do alumínio ser mais resistente. Se ela estava determinando nesse valor que seria uma cuba mais resistente. Diante deste questionamento a Secretária Municipal Lucimara ficou em silêncio. O vereador continuou dizendo que ele e nem os outros vereadores fazem a função de policiais que suas funções são parecidas com a de um auditor da Receita Federal. O auditor recebe a nossa declaração do imposto de renda e diz se passamos ou se caímos na malha fina. Então vamos até lá e prestamos um esclarecimento, parecido ao que estavam fazendo. Ele como “um auditor” pegou o documento que lhe foi dado e foi verificar e não encontrou o que estava no documento. Ele comparou ainda que um auditor da Receita Federal se constata algum erro em nossa declaração do imposto de renda, não nos procura para tirar dúvidas a respeito antes de definir como errado, ele já coloca como errado. Ele quando chegou ao local e viu uma cuba menor do que a especificada ele viu erro. Nesse momento a Secretária Municipal Lucimara se referiu ao fato do vereador ter visto também as cubas menores que deveriam ser na medida de quarenta e seis centímetros, mas mediam cinquenta e seis centímetros, ou seja, como era um fato positivo ele não mencionou. O vereador se defendeu dizendo que o Fiscal de Obras da Prefeitura Juliano Justi lhe disse que quando encontra algo que a construtora tenha feito a mais, por talvez não tiver percebido um detalhe ou outro, ele questiona a construtora, se eles conferiram e se está tudo certo, e se confirmarem que sim ele paga e não menciona que havia coisas a mais. O vereador perguntou ao Fiscal de Obras Juliano Justi se não foi isso que ele havia lhe dito. Em seguida, o Fiscal de Obras da Prefeitura Municipal Juliano Justi cumprimentou a todos e iniciou sua fala respondendo a pergunta que havia sido feito anteriormente pelo vereador a Secretária Municipal de Obras Lucimara com relação à resistência da cuba de um metro de comprimento por sessenta de largura por cinquenta de profundidade no valor de quinhentos e cinco reais. Disse que

ela é profunda, mas o material dela é um pouco mais leve, porque ela teria uma base de tijolo do lado para poder sustentá-la. Como ela é profunda, tem cinquenta centímetros de profundidade e a bancada tem sessenta ou setenta centímetros de altura no máximo. Então é colocada uma base de tijolo embaixo para sustentar essa cuba. Por isso não há necessidade de ser um material muito forte, porque ela tem essa base. Já a cuba que tem trinta centímetros de profundidade se sustenta sozinha, então ela tem que ser um material um pouco mais reforçado. Por isso o custo elevado dessa cuba no valor de mil e cem reais. Em seguida ele respondeu a pergunta que o vereador havia feito para ele dizendo que em todos os serviços executados pela Secretaria de Obras ou qualquer construtora é feito a fiscalização, a pessoa apresenta a medição. Funciona da seguinte maneira, a construtora executa as obras no decorrer de trinta dias e solicita a medição no setor da Secretaria de Obras. Eles vão até o local e conferem tudo o que foi feito e se foi executado paga-se, se não foi executado não paga e executado significa pronto. Sobre esse assunto era só isso que ele tinha para dizer, que eles fazem a vistoria, e que não era bem daquela maneira que o vereador havia falado. Havia explicado para o vereador que eles fazem a vistoria, constata e a empresa fica ciente e contra fatos não há argumentos. Se ele chegar e constatar que o trabalho não foi feito, ele consegue provar que não foi feito e diz que não tem como pagar. As pessoas tendem a entender ou não depende de cada um. A Secretária de Obras faz a sua parte. Então o vereador Anselmo disse que reforçando o que o Fiscal de Obras Juliano havia dito que “contra fatos não há argumentos”, ele recebeu um documento informando que deveria ter uma cuba industrial em inox nas dimensões de mil milímetros de comprimento por seiscentos milímetros de largura por quinhentos de profundidade e se “contra fatos não há argumentos” e ele não encontrou, ele questiona qual a conclusão nessa situação. Questionou a que consenso deve chegar. Reclamou que não havia nenhuma informação nos documentos que recebeu anteriormente explicando como se deu as mudanças no projeto. A Presidente interveio dizendo que as três cubas menores e a cuba maior estavam lá e que foi feita uma troca e assim foi constatado que o material estava no local. Disse não estar entendendo o que o vereador está questionando. O vereador explicou que o Fiscal de Obras Juliano havia dito que “contra fatos não há argumentos” e que ele com um documento em mãos foi averiguar o que estava no documento e encontrou algo diferente do documento, ou seja, é um fato que a realidade que constatou era diferente da documentação e a partir da documentação por si só não tinha como ele saber o porquê existia essa diferença. Então perguntou onde ele havia errado. A Secretária Municipal de Obras Lucimara respondeu que o vereador errou quando não procurou a Secretaria de Obras para esclarecimentos. Ele argumentou que também o auditor da Receita Federal não o procura para esclarecimentos quando encontra alguma irregularidade, mas sim será convocado. Ela rebateu dizendo que o vereador pegou a planilha e interpretou do jeito que quis. Então ele perguntou se sua interpretação referente às cubas estava errada. Ela respondeu que a interpretação do vereador estava certa. O vereador disse que, ou ele está certo, ou ele está errado. A Secretária reiterou que já havia sido constatado que as cubas estavam no local e que foi mudado o projeto devido a um pedido da responsável pelo setor da Merenda Escolar, ou seja, o assunto já estava esclarecido e as explicações haviam sido dadas. O vereador Anselmo falou já ouviu algumas pessoas dizerem que em uma obra de cinquenta, sessenta mil reais é impossível evitar perder cem, duzentos reais. Não foi a Secretária Municipal de Obras e nem o Fiscal de Obras Juliano Justi que falaram isso, mas ele ouviu. Falou também que o salário que a prefeitura paga para um fiscal de obras é em torno de oitocentos e cinquenta, novecentos reais. Se evitarmos que qualquer cem ou duzentos reais sejam desperdiçados, seria

possível contratar mais um funcionário. Porque como a Secretária Municipal de Obras e o Fiscal de Obras disseram há uma carência de funcionários. Nesse momento, a Presidente questionou ao vereador se com a troca das cubas houve prejuízo. Ele respondeu que considerava que sim. A Presidente pediu para ele explicar o prejuízo. Então o vereador disse que anteriormente constavam duas cubas grandes por um valor muito razoável, mas depois apareceu uma cuba menor pelo dobro do preço. Disse estar incomodado por não saber se anteriormente quando foi escolhida a cuba maior e de menor preço houve preocupação com a qualidade e durabilidade dessa cuba e foi por isso que ele havia questionado no requerimento que havia feito em relação à expectativa de duração das reformas realizadas nas escolas municipais e se não tem resposta o leva a interpretar - como a Secretária havia dito anteriormente - a seu bel prazer. Quer saber como estão sendo utilizados os recursos públicos que é do interesse de toda a população. Então se colocou uma cuba de mil e cem reais e ele quer saber o que esperar dela em termos de qualidade e durabilidade e também o que era esperado das cubas que eram maiores e tinham um preço menor. A Secretária disse ao vereador que foi feita a substituição das cubas e que ele consultasse a planilha e fizesse os cálculos. A Presidente neste momento perguntou para o vereador se ele estava insinuando que houve superfaturamento no valor da cuba colocada. Ele respondeu que não disse isso, que quem estava falando isso era a Presidente, que o que ele falou foi que queria saber é o que esperar em termos de qualidade e durabilidade de uma cuba de um metro de comprimento por sessenta de largura e cinquenta de profundidade no valor de quatrocentos e oitenta e um reais. Espera-se que ela seja trocada, a cada quanto tempo? E foi colocada outra cuba menor que custa o dobro. Qual a diferença entre elas em termos de durabilidade? O vereador fez uma comparação dizendo que, por exemplo, se uma pintura durar somente um ano, a tinta é de má qualidade. Se a mais barata duraria, por exemplo, dois anos a mais cara duraria quanto tempo? A Secretária Municipal Lucimara falou que a expectativa de durabilidade de uma reforma como já havia dito ao vereador, depende da manutenção, principalmente se considerarmos a pintura. Não se deve comparar a pintura de uma escola com a pintura de uma casa. Também salientou que em licitação não é possível escolher, vence o menor preço e nem sempre a prefeitura através das licitações consegue uma melhor qualidade. O vereador Anselmo disse que admite ser leigo, mas que é possível fazer especificações, por exemplo, uma cuba em inox. Ele pesquisou que inox é um material nobre de altíssima durabilidade. A Secretária alertou ao vereador que outro fator determinante é a espessura e que cubas do mesmo material, mas de espessuras diferentes variam seus preços. Nesse momento a Presidente sugeriu encerrar o assunto das cubas. Disse que na nota fiscal tem as especificações da cuba e com uma cópia da nota seria possível fazer uma pesquisa de mercado e se for constatado que houve superfaturamento ou não, isso seria um assunto para discutir em outra oportunidade. Também ela acredita que não é possível saber exatamente quanto tempo vai durar as cubas e que o que seria de mais interesse realmente seria a averiguação dos preços das cubas, o porquê que duas cubas de um metro de comprimento por sessenta centímetros de largura por cinquenta centímetros de profundidade custam quinhentos e cinco reais e uma de oitenta centímetros de comprimento por quarenta centímetros de largura por trinta centímetros de profundidade custa mil e cem reais. Concluiu dizendo que seria verificado os preços de cada uma dessas cubas e que a partir disso chegariam num consenso. O vereador Anselmo concordou com a Presidente. Em seguida a Secretária Lucimara falou que o vereador Anselmo havia dito na última sessão que na documentação tinha nove torneiras e no local só foram encontradas quatro torneiras. Realmente na planilha constam nove torneiras. Uma de uso geral ela é uma torneira externa, essas torneiras de

jardim que está lá no local. Depois tem oito torneiras e dessas oito torneiras foram instaladas quatro torneiras. Uma torneira em cada cuba e suprimiram-se quatro torneiras. Ela explicou que no fechamento da obra, faz-se uma planilha final. Adita os serviços que foram executados a mais e suprimem-se os serviços que não foram executados e que isso só é feito no término da obra, porque não é prático ficar alterando a planilha várias vezes. Então somente no final faz-se esse levantamento *in loco*. Foram aditados serviços elétricos e ela estaria à disposição caso ele quisesse ir lá conferir. Foram suprimidas as quatro torneiras, a mesa em granito e os rodapés porque não foram executados, além de outras supressões. Foram aditados outros serviços que foram executados a mais. Explicou que em uma reforma não é possível prever cem por cento de tudo que vai ser executado. Isso é no decorrer da obra, como em nossas casas quando reformamos não sabemos exatamente. Fazemos uma previsão, mas não cem por cento. Em seguida ela falou sobre o questionamento do vereador em relação ao armário. Disse que no local tem um armário em uma parede embaixo da pia e tem os cantos e outra porta na lateral e que a pessoa que faz armário não cobra somente a frente, porque tem toda a estrutura interna, eles cobram de parede a parede. Nesse armário tinha uma divisão no meio, as merendeiras não quiseram que colocasse porque não daria para guardar as panelas maiores então atendemos ao pedido das merendeiras que trabalham nessa escola. O vereador Anselmo falou que segundo o departamento jurídico da prefeitura a documentação que ele recebeu era verdadeira e nessa documentação consta um armário com dois gaveteiros e lá só tem um. Dois gaveteiros com seis gavetas cada um, mas lá só tem um gaveteiro com quatro gavetas. Ele tinha que se ater ao que tinha em mãos e se o departamento jurídico da prefeitura disse que a documentação que recebeu era suficiente e pediu para a juíza o condenar a pagar todos os custos advocatícios, então ele precisa se defender. Ou ele recebeu todos os documentos ou ele não recebeu todos os documentos e se recebeu todos os documentos o material está em desacordo; porque nos documentos que recebeu não informa o que foi suprimido e seu trabalho como vereador está sendo impedido. Falou que quer saber o que é real, porque pelo que foi dito os documentos que ele tinha em mãos não eram reais e como as informações não eram reais se sentiu impedido de executar o seu trabalho. Alguém errou ao prestar informações incompletas para ele, impedindo assim o seu trabalho. A Presidente interveio dizendo que o que o vereador solicitou foi encaminhado, mas faltaram algumas notas. Mas em relação a materiais que foram suprimidos ele não solicitou em seu requerimento. Disse querer acreditar que as documentações que faltaram não foram apresentadas porque não foram solicitadas. O vereador disse que as notas fiscais foram solicitadas. A presidente deu a sugestão de em próximos pedidos que fosse solicitado a documentação inteira do processo. O vereador disse ter pedido a documentação inteira do processo. A Presidente respondeu que ele não pediu as notas de supressão. Ele falou que pediu a reforma, o projeto descritivo e todas as notas fiscais e nesse projeto que ficou no valor de sessenta e seis mil reais. Recebeu somente vinte e três mil reais das notas fiscais. A Secretária disse não saber o que o vereador recebeu de documentação porque foi o Setor de Licitação da prefeitura que tirou as cópias. Mas que o Setor de Licitação da prefeitura se ateve ao que foi pedido no requerimento: Memorial, projeto e notas fiscais. Ela falou que constava na documentação que ele recebeu dados sobre o aditamento. O vereador perguntou para a Secretária sobre as notas fiscais que ele não recebeu. Disse que com os documentos que ele recebeu não tem como ele saber qual o preço total que foi pago, o que foi suprimido. Não dá para saber quanto ficou e se foram suprimidas várias coisas ele não sabe o que foi colocado no lugar. Reiterou que recebeu notas fiscais de somente vinte e três mil reais. Questionou que com a

documentação incompleta como ele poderia executar o seu trabalho. A Presidente disse que em relação a esse processo que está correndo e que inclusive existe um prazo foi solicitada à promotoria que possam avaliar a possibilidade de estender o prazo para que o vereador tenha esse tempo hábil para avaliar toda a documentação e verificar se faltam documentos e se o vereador não pediu poderia pedir as notas fiscais que estão faltando. Pediu ao vereador que se faltar documentação, fazer uma relação e encaminhar ao Jurídico da Casa ou a ela para que possam dar andamento a esse processo. O vereador concordou. A presidente disse que deveriam chegar a um consenso e ver o que está faltando e onde estão falhando os setores. O prefeito deu despacho para que fosse apresentada ao vereador a documentação. Então se não foi feito, teriam que saber quais os documentos que estão faltando e ir aos setores que não cumpriram a determinação. Ela contou que às vezes ela pede um documento e se não recebe ela vai ao setor que falhou. Ela disse estar torcendo para que o promotor conceda um aumento no prazo para que possam ter essa disponibilidade. O vereador disse ter reclamado com o prefeito por receber respostas evasivas e lacônicas dos Secretários Municipais. O prefeito disse que isso é péssimo e que iria solicitar que isso não se repetisse. Mas uma semana após essa conversa, ele recebeu uma má resposta do Secretário Municipal de Administração. A Presidente disse que o prefeito realmente solicitou aos Secretários e encarregados de setores, pois seu marido é Secretário e contou sobre isso para ela. Pediu ao vereador que sempre que ele não tiver uma resposta a contento que ela estava disposta a ajudar e deve dar suporte aos vereadores como Presidente. O prefeito não lê o que é de responsabilidade e assinado pelos Secretários Municipais. Então ele não teve um conhecimento prévio dessa má resposta que foi dada pelo Secretário. Ela pediu união para cobrarem possíveis falhas nas respostas recebidas e que quando chegar as respostas que ela tome conhecimento para poder agilizar e talvez até resolver de outra maneira se possível. O vereador pediu que fossem confrontados os documentos que recebeu com os originais. Porque era provável que concluíssem que ele estava errado e ele tinha certeza que não estava. A Secretária Municipal Lucimara falou que solicitou junto ao Setor de Licitação que tirasse cópia na íntegra do processo e que seria encaminhando ao vereador um dia depois da audiência. O vereador pediu para a Secretária conferir o que iria ser entregue. Considerou uma injustiça, pois solicitou os documentos há mais de cem dias. A Presidente deu uma sugestão de futuramente se o vereador precisar verificar algum documento outra opção seria ir pessoalmente ao setor e verificar na íntegra o processo. Perguntou se alguém teria alguma outra sugestão. O vereador Anselmo solicitou que a cópia dos documentos apresentados na audiência fosse acrescida a resposta que será dada ao que foi protocolado pelo departamento jurídico da prefeitura. Também pediu que seus documentos recebessem o protocolo com a data e horário que estava recebendo-os. Nesse momento o vereador Marcos Henrique Osti pediu a palavra, cumprimentou a todos e pediu para que conste em ata o seu pedido para que a Secretaria da Casa providencie uma lista de todas as atribuições e o poder dos vereadores na fiscalização dentro do município e encaminhasse para cada um dos Secretários Municipais, para que eles tenham a ciência do que é ser um vereador, de quais as suas funções, quais são as suas atribuições. Porque com isso ficaria muito fácil o relacionamento entre os Secretários e os vereadores. Disse que quem é mais cobrado dentro do município são os vereadores que “o vereador não faz”, mas o vereador não tem poder de fazer nada, o vereador só indica para o prefeito, o prefeito executa. Os Secretários Municipais estão abaixo dos vereadores na hierarquia administrativa e deveriam respeitá-los. Contou que certa vez mandou uma moção de repúdio para um Secretário Municipal pelas respostas absurdas que foram dadas. Seria interessante os

Secretários saberem as atribuições dos vereadores e o poder dos vereadores dentro de cada uma das Secretarias Municipais para que deste momento em diante eles não possam mais alegar que não conhecem a função do vereador. Deveríamos entrar em consenso, pois estamos trabalhando para um ajudar o outro e todos querem o bem comum do município. A presidente disse concordar com o vereador Marcos Henrique Osti e que é uma boa sugestão começarem a fazer moção de repúdio. Se algum vereador não ficar satisfeito com alguma resposta que receber ela está a disposição para auxiliar. Os vereadores não tem intenção de ficar procurando erros para acusar os Secretários Municipais, mas eles são cobrados pela população e por isso vão investigar quando são cobrados pelas pessoas. Os vereadores sugestionam, solicitam ao Executivo pedidos que são feitos pela população. A Secretaria da Casa já tomou nota e serão encaminhadas a todos os Secretários e chefes de setores as informações para que tenham ciência da função do vereador. Em seguida o vereador Marcos contou que foi a primeira vez que essa Casa encaminhou uma moção de repúdio e foi aprovada por todos os vereadores contra um determinado Secretário Municipal. Depois ele os procurou e se justificou dizendo que ele não respondia nada e que tinha uma pessoa encarregada para responder. Questionei o fato de ele encaminhar algo em seu nome sem ler. As moções de repúdio não seriam agradáveis, mas seriam boas para que os Secretários Municipais respeitassem mais os vereadores, independente de quem seja o vereador. Em seguida o vereador Anselmo parabenizou o vereador Marcos. Disse que ele conseguiu falar algo que ele vinha tentando e não havia conseguido se expressar. Sou cobrado pelos professores que querem saber onde os recursos são aplicados. Só sou oposição porque não sei onde os recursos estão sendo aplicados. Quero ter todas as informações e poder chegar para as pessoas que confiam em mim e dizer que está tudo correto na administração. Temos que nos unir para desenvolver o melhor trabalho e não foi o que ocorreu. Em seguida a Secretária Lucimara falou que foi perguntada se ela trocar as pias que estão na planilha pelas novas no documento. Ela falou que na planilha de licitação estavam duas grandes e duas menores, as grandes cada uma no valor de quinhentos e cinco reais e as menores no valor de cento e dezesseis reais totalizando um mil e duzentos e quarenta e três reais na planilha. No local uma no valor de mil e cem reais e três no valor de cento e vinte reais, que são um pouco maior das que estão em planilha, totalizando mil quatrocentos e sessenta reais. Uma diferença de duzentos reais a mais para a prefeitura. A presidente perguntou ao vereador Anselmo se houve um consenso e se o vereador entendeu o processo. Ou se ele queria fazer alguma colocação para que pudesse ser respondida pela Secretária Municipal de Obras e Serviços. O vereador Anselmo disse que iria fazer uma verificação *in loco* com os documentos que recebeu na audiência e pediu o confronto do que foi entregue no dia da audiência com o que foi entregue anteriormente. A presidente falou para a Secretária Lucimara acompanhar as informações junto com o vereador Anselmo. Pegar o requerimento do vereador e ver a primeira resposta com a documentação que foi fornecida e se falta essa documentação e anexar o documento que foi apresentado hoje com a data de hoje. Em seguida o vereador Anselmo questionou em relação às medidas do armário e a Secretária Lucimara explicou como é feito a medição. A presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada aquela audiência pública, da qual deverá ser elaborada a competente ata dos trabalhos, que após ser lida e aprovada, vai assinada por todos de direito. **“Sala das Sessões Mário Lourenço Petrini, em 13 de Agosto de 2013”**

Márcia Regina Scalon Alves
Presidente

Janir Aurélio da Silva
Vice-Presidente

Alex Ricardo Masalskiene
1.º Secretário

Paulo Dionísio de Sá
2.º Secretário